

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 9 DE AGOSTO DE 2001

**Dispõe sobre o controle de acesso de pessoas e
veículos no Superior Tribunal de Justiça.**

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XXI, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º Instituir novo sistema de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos ao Superior Tribunal de Justiça, abrangendo a identificação, o registro de entrada e saída e o uso de instrumentos de identificação.

Art. 2º A Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros fornecerá os instrumentos de identificação, conforme o Anexo I, destinados a:

veículos;
visitantes;
servidores ativos e aposentados;
detentores de função comissionada;
funcionários de empresas prestadoras de serviço;
estagiários;
profissionais da imprensa;
advogados registrados na OAB;
pessoas no exercício de atividades permanentes ou eventuais.

§ 1º Os instrumentos deverão ser utilizados, de modo visível, no vestuário das pessoas, acima da linha da cintura e no pára-brisa dianteiro dos veículos que tenham acesso à garagem.

§ 2º O uso e a guarda dos instrumentos são de inteira responsabilidade de seus usuários.

Art. 3º É vedado o ingresso no Tribunal de pessoa que:

- a) venha para praticar comércio e propaganda em quaisquer de suas formas, bem como solicitar donativos sem autorização formal do Diretor-Geral;
- b) esteja portando armas de qualquer natureza, ressalvado o disposto no art. 4º;
- c) não esteja trajada segundo as normas do Tribunal.

§ 1º O ingresso de visitantes que se destinem aos gabinetes dos Ministros estará condicionado a autorização do gabinete por meio de consulta telefônica.

§ 2º Volumes portados por qualquer das pessoas mencionadas no art. 2º, bem como cargas, estarão sujeitos a revista da Segurança, tanto no ingresso quanto na saída.

Art. 4º Poderão portar armas, de modo não-ostensivo, desde que estejam em serviço e sob o controle e prévia identificação da Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros:

- a) os profissionais de segurança do quadro permanente do Tribunal que trabalhem em regime de escala de plantão noturno, de finais de semana e de feriados ou em missões especiais de segurança a serviço do Tribunal ou, ainda, que estejam acompanhando Membro da Corte a critério deste;
- b) os policiais militares integrantes de convênio ou contrato firmado com o Tribunal;
- c) os profissionais de segurança de empresas em serviço de escolta de cargas e de valores das agências bancárias instaladas no Tribunal;
- d) os profissionais de segurança ou apoio e policiais integrantes de órgãos externos quando acompanhando autoridades que estejam em visita oficial ou participando de eventos e solenidades promovidos pelo Tribunal.

Parágrafo único. Os que portarem arma em decorrência de autorização legal ou de licença concedida por órgão competente e que não se enquadrarem nas alíneas acima deverão deixá-la, mediante caução formal, sob a guarda da Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros, enquanto permanecerem nas dependências do Tribunal.

Art. 5º As pessoas que adentrarem as salas de julgamento pelo 2º andar do edifício dos Plenários estarão sujeitas a triagem eletrônica por meio de equipamentos de raios X e de detectores de metal.



Art. 6º O ingresso, fora do horário normal de expediente, de servidores, estagiários ou funcionários de empresas contratadas somente será permitido quando a unidade interessada encaminhar comunicação, prévia e formal, à Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros, indicando o nome, a matrícula ou o número da carteira de identidade e o tipo de atividade ou serviço a ser executado, bem como o local, a data e o tempo previsto de permanência no Tribunal.

Art. 7º Na realização de eventos nas dependências do Tribunal, autorizada pelo Diretor-Geral, ficam sujeitos ao uso de instrumento de identificação específico:

os participantes do evento;

os veículos usados pelos organizadores para transporte de participantes e autoridades ou de carga;

os prestadores de serviços de apoio que trabalhem no evento.

Parágrafo único. A entidade promotora deverá encaminhar, previamente, à Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros relação detalhada e completa das pessoas envolvidas, contendo nome, cargo/função, matrícula ou número da carteira de identidade e, ainda, dados dos órgãos e das empresas participantes, bem como a identificação dos veículos utilizados, a saber, placa, modelo, cor e ano.

Art. 8º O acesso à garagem de veículo portador de instrumento de identificação dar-se-á de forma automática, por meio de leitoras de longa distância (TAG), conforme a seguinte distribuição de uso:

I – permanente:

a) frota de serviço do Tribunal;

b) ocupantes de função comissionada (FC-10 a FC-07), em vagas exclusivas e, excepcionalmente, ocupantes de outras funções mediante expressa autorização do Diretor-Geral; e

c) portadores de deficiência física, no limite da quantidade disponível e mediante parecer médico expedido pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde;

II – rotativo:

a) Ministros ativos e aposentados, previamente cadastrados e identificados por meio de comunicado formal dos respectivos oficiais-de-gabinete ou da Assessoria de Apoio aos Ministros Aposentados à Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros; e

b) advogados identificados na portaria principal, no limite da quantidade disponível;

III – temporário:

a) veículos leves de carga e descarga, condicionados à compatibilidade de seu porte e peso, a fim de se evitar qualquer dano ou comprometimento às instalações e ao trânsito da garagem;

b) servidor cujo estado de saúde possa justificar a sua necessidade, no limite da quantidade de vagas disponíveis, condicionado à apresentação de parecer circunstanciado da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde à Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros.

Art. 9º A perda dos instrumentos de identificação deverá ser comunicada à Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros o mais breve possível.

§ 1º No caso previsto no caput deste artigo, o custo de nova emissão será estabelecido pelo Diretor-Geral.

§ 2º O ressarcimento do custo de novo instrumento de identificação será feito:

por servidor, mediante débito em folha de pagamento (Anexo II);

por conveniado, estagiário, prestador de serviço, visitante, profissional da imprensa, advogado registrado na OAB ou qualquer pessoa no exercício de atividade permanente ou eventual no Tribunal, mediante guia de recolhimento à conta do STJ (Anexo III).

Art. 10. Desfeito o vínculo da pessoa com o Superior Tribunal de Justiça, torna-se obrigatória a devolução do instrumento de identificação à Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros, por meio:

a) da unidade gestora do contrato com empresa prestadora de serviço ou do convênio com órgão público;

b) da Secretaria de Recursos Humanos, quando se tratar de servidor do quadro permanente, requisitado ou sem vínculo.

Parágrafo único. Em caso de perda de função comissionada (FC-10 a FC-7), a devolução do instrumento de identificação de veículo (TAG) será feita diretamente à Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros.

Art. 11. A inobservância das disposições desta Resolução e o mau uso do instrumento de identificação implicarão seu cancelamento e recolhimento, sem prejuízo das sanções legais (cíveis, penais, administrativas ou contratuais) cabíveis.

Parágrafo único. Os órgãos e as empresas responsáveis por pessoas e funcionários credenciados com atividade oficial, permanente ou eventual no Tribunal responderão pela conduta e possíveis transgressões de seus representantes ou funcionários ou por quaisquer danos por eles causados, sem prejuízo das implicações contratuais e legais cabíveis.

Art. 12. A operacionalização e a fiscalização do sistema de controle de acesso de pessoas e veículos são da competência da Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros.

Art. 13. Os casos omissos serão decididos pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Ato nº 624, de 20 de maio de 1991, a Resolução nº 22, de 27 de dezembro de 1996, e a Resolução nº 8, de 20 de junho de 1997.

Ministro PAULO COSTA LEITE